

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES
CONCIDADES
REALIZADA NOS DIAS 08/02/2006 e 09/02/2006.**

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos, no auditório do Hotel St. Paul, situado no SHS – Setor Hoteleiro Sul – Quadra 02, Bloco H, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a oitava Reunião Ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades) sob a presidência do Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo que substituiu o Presidente do Conselho, o Ministro Marcio Fortes de Almeida, com a presença de 53 Conselheiros titulares, 22 suplentes e 06 observadores, conforme **Anexo I**, representados por 6 do Poder Público Federal, 4 do Poder Público Estadual, 6 do Poder Público Municipal, 20 de Entidades dos Movimentos Populares, 6 de Entidades Empresariais, 5 de Entidades de Trabalhadores, 5 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 1 de Entidades Não-Governamentais. O Presidente substituto saudou a todos os presentes informando que no dia seguinte o Presidente do Conselho estaria presente e que o plenário poderia contar com o apoio do Ministro Marcio Fortes de Almeida com relação aos encaminhamentos do ConCidades, e passou a coordenação dos trabalhos para o Sr. Elcione Diniz Macedo, Secretário Executivo do Conselho das Cidades que, depois de verificado o quorum, colocou em votação as atas da 7ª Reunião Ordinária e da Reunião Extraordinária do Conselho, as quais foram aprovadas por unanimidade, salvo observação do Sr. Raul Carrion da UVB, que sugeriu correção da proposta que se referia ao número de vagas do poder público municipal, no novo Conselho, sendo prontamente atendido. O Coordenador iniciou a reunião com o objetivo de apreciar a seguinte pauta: 1. Aprovação das propostas não deliberadas na 2ª Conferência Nacional das Cidades; 2. Avaliação das Moções não deliberadas na 2ª Conferência; 3. Informes dos Comitês Técnicos. O Coordenador passou a palavra para a Sra. Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação para que discorresse sobre o Pacote de Incentivos à Construção Civil anunciado pelo Excelentíssimo Presidente da República. A Sra. Inês Magalhães disse que o Pacote anunciado no dia anterior continha três medidas: uma medida de desoneração do IPI para materiais de construção; outra medida de continuidade do redirecionamento dos recursos da poupança para o financiamento da classe média; e a terceira e mais importante, por ser uma conquista do Conselho das Cidades, é a edição da Medida Provisória nº 279, de 7 de fevereiro de 2006 que complementa os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para que ele alcançasse R\$ 1 bilhão de reais ainda no ano vigente. Logo após, o Presidente substituto se despediu do plenário concedendo a palavra ao Coordenador para seguir com os trabalhos e, por sugestão da Sra. Grazia de Grazia, da Secretaria Executiva do Conselho das Cidades – SECONCID e aprovação do plenário, a ordem da pauta foi alterada para melhor aproveitamento do tempo. **1. Avaliação das Moções não deliberadas na 2ª Conferência Nacional das Cidades.** O Coordenador fez a leitura individual de cada moção sendo as mesmas debatidas e submetidas à votação (**Anexo II**). Ao final da apreciação do primeiro ponto de pauta, seis moções foram aprovadas, seis outras foram reprovadas e uma delas foi retirada da votação pelo plenário porque estava prejudicada por demandar matéria já aprovada na 2ª Conferência. Finalizado este ponto de pauta o Coordenador seguiu para o segundo ponto: **2. Aprovação das propostas não deliberadas na 2ª Conferência Nacional das Cidades**, passando a palavra para a Sra. Grazia de Grazia, da SECONCID, que orientou a formação de três grupos de trabalho para analisar, debater e aprovar as propostas que não foram deliberadas na 2ª Conferência. Após os trabalhos dos grupos, o Coordenador suspendeu a reunião. No dia seguinte, nove de fevereiro de dois mil e seis reiniciou a sétima reunião do ConCidades sob a coordenação do Sr. Elcione Diniz Macedo, da SECONCID. Ele explicou que o Presidente do Conselho, o Ministro Marcio Fortes de Almeida, estaria a caminho e iniciou o terceiro ponto da pauta:

3. Informe dos Comitês Técnicos, passando a palavra ao Sr. Sérgio Gonçalves, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA. Este explicou a ausência do Secretário Nacional, Sr. Abelardo de Oliveira, que estava na Câmara dos Deputados para acompanhar a leitura do relatório do Deputado Júlio Lopes sobre o PL 5.296/05 que institui as diretrizes da política de Saneamento. O Sr. Sérgio Gonçalves iniciou o relato (**Anexo III**) apresentando um balanço das contratações da SNSA dos anos de dois mil e três a novembro de dois mil e cinco. Como segundo ponto, relatou sobre a seleção pública autorizada pelo Conselho Monetário Nacional e realizada em duas fases, sendo que a segunda fase, no período, ainda estava recebendo projetos, cujo prazo terminaria em treze de fevereiro. Informou que pela primeira vez o Ministério das Cidades através da SNSA participou do Programa Brasileiro da Qualidade da Gestão Pública que premia a excelência da gestão das organizações públicas brasileiras, onde foi criada uma categoria especial de saneamento e aproveitou também para informar que foi concluído um Guia para os Planos Municipais de Saneamento Ambiental elaborado pelo Professor Ricardo Bernardes. Apresentou para finalizar a proposta de Resolução que requeria agilidade na regulamentação da Lei 11.107 de 6 de abril de 2005, sendo a mesma aprovada pelo plenário e posteriormente publicada - Resolução Recomendada N^o 7. O Sr. Miguel Lobato do MNLM apresentou o Deputado Ivo José que de pronto foi convidado pelo Coordenador para compor a mesa. A seguir, o Coordenador passou a palavra ao Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Sr. José Carlos Xavier, que iniciou o relato do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana (**Anexo IV**) fazendo um breve balanço dos Investimentos realizados desde 2003 e Orçamento para o ano de dois mil e seis. Outra temática pautada no Comitê foi a questão do barateamento das tarifas que após dois anos de debate entre Municípios e União foi acordada a necessidade de buscar uma subvenção para o seu custeio com expectativa de atingir o volume de 10%. Finalizou tratando da Resolução N^o 19 do ConCidades, revogada pelo Ministério, a qual foi novamente discutida pelo Comitê e reiterou a necessidade de o Conselho enfrentar a questão e se posicionar com relação à utilização das motocicletas como veículo para o transporte pago de passageiros. O Secretário afirmou ao final que a situação estava cada vez mais difícil, pois cada município tem legislado de forma diferenciada em relação aos mototáxis e motofrete. Findo o relato, o Coordenador concedeu a palavra ao Deputado Federal Ivo José, o qual se apresentou como membro de uma comissão especial que tem como objetivo discutir a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Deputado finalizou sua fala ao colocar seu mandato à disposição e ao solicitar o apoio tanto do Ministério das Cidades quanto dos Conselheiros para estabelecer diálogo em torno da construção da Política Nacional de Recursos Sólidos. O Coordenador agradeceu a participação do Deputado e encaminhou o relato do Comitê de Planejamento Territorial (**Anexo V**) conduzido pela Sra. Evaniza Rodrigues da Secretaria Nacional de Programas Urbanos -SNPU. Ela relatou que a reunião foi iniciada com um balanço das ações do Comitê e da Secretaria, ao final da qual o Comitê concluiu que muito se avançou, porém as maiores dificuldades persistem, quais sejam as de acesso aos recursos e conseqüente efetivação das propostas. Informou também sobre a reativação do Grupo de Trabalho do Comitê que teria como meta propor para o Conselho uma estratégia de acompanhamento e monitoramento das ações do Orçamento Geral da União - OGU, bem como uma forma de como desburocratizar e facilitar o acesso aos recursos. Continuou o relato sobre o processo de revisão da Lei 6766/79 que teve seu substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara - CDU, PL 3.057/00, e até aquele momento encontrava-se na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ. Porém, muitos acordos foram necessários para que a discussão não retrocedesse ao que já havia sido pactuado na CDU e todos os segmentos do Comitê acordaram em articular seus parceiros para o debate na CCJ. Por fim as metas e sistemática para o ano vigente também foram pauta do Comitê, sendo formulada a proposta de Resolução, apresentada e aprovada pelo plenário por unanimidade, a qual definia que o Ministério das Cidades reincluisse o critério "priorização dos municípios com populações

tradicionais" no Programa Fortalecimento da Gestão Urbana – Plano Diretor, no "Edital Manual da Sistemática 2006", ainda para o processo de seleção em curso, publicada pela Resolução Recomendada Nº 6. A Sra. Evaniza Rodrigues da SNPU passou a palavra ao Sr. Leonardo Pessina, da Abong para relatar sobre a reunião da Coordenação Nacional da Campanha do Plano Diretor Participativo e Núcleos da Campanha. Ele explanou que o balanço de 2005, apesar das dificuldades em alguns estados, foi muito positivo e que os membros da Campanha estavam otimistas quanto aos resultados da mesma. Sobre as metas para o ano de 2006, ficou decidido que o Ministério faria uma proposta sobre o tipo de atividade que poderia ainda ser desenvolvida para a campanha devido ao prazo estabelecido pelo Estatuto da Cidade – outubro de 2006. Logo após, o Coordenador concedeu a palavra à Secretária Nacional de Habitação, Sra. Inês Magalhães, que conduziu o relato do Comitê de Habitação, mencionando os quatro principais pontos discutidos, a começar pelo balanço das contratações de 2005 e 2006, seguido pela questão da adesão dos Estados e Municípios ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS/FNHIS para o qual ficou definida uma reunião extraordinária do Comitê destinada a discutir uma campanha de adesão nos moldes da Campanha do Plano Diretor. O terceiro ponto foi um informe sobre o empréstimo de assistência técnica que irá ajudar em alguns estudos relativos à política de subsídio. Ela finalizou apresentando as principais questões sobre a composição do Conselho Gestor do FNHIS. Com a prévia autorização do Ministro das Cidades, a Secretária pontuou a proposta de composição presente no texto de regulamentação do FNHIS que estava em tramitação no Governo Federal, a qual seria de 20 membros, sendo: 10 representantes do Governo Federal, 4 representantes do segmento Entidades dos Movimentos Populares, 2 representantes do segmento Entidades de Trabalhadores, 2 representantes do segmento Entidades empresariais, 1 representante do segmento ONGs e 1 representante do segmento das Entidades Profissionais e Acadêmicas e de Pesquisa; de modo a atender à demanda dos Estados e Municípios foi proposto que os representantes de Estados e Municípios fossem membros convidados sem direito à voz e voto. Ao final a Sra. Inês Magalhães discorreu ainda sobre as atribuições do Conselho Gestor. O Sr. Benedito Barbosa da CMP, no uso da palavra, fez dois protestos: o primeiro pela ausência do Ministro na 8ª reunião do Conselho das Cidades, que seria a última da atual gestão e o segundo por não ter sido disponibilizado o texto do decreto que estava em tramitação, considerando que isso retiraria o poder político do ConCidades, colocação esta apoiada verbalmente pelo conselheiro Nylton Velloso da Abecip. O Sr. Miguel Lobato, do MNLM, disse que uma política, para ser integrada, precisaria da participação dos entes federados para se alcançar o objetivo final que é atingir os programas municipais de moradia e que o Ministério das Cidades teria que arcar com o ônus de o decreto não ter sido referendado pelo Conselho das Cidades. O Sr. Alexandre Canuto do Governo do Estado de Minas Gerais agradeceu a ampliação da representação do Poder Público Estadual na nova composição do ConCidades, afirmou que o segmento têm se articulado melhor haja vista a presença de quatorze representantes estaduais de oito Estados presentes na 8ª reunião. Finalizou sua fala para manifestar sua indignação e preocupação com a proposta do Ministério que excluía a participação dos Estados e solicitou à mesa cópia do parecer da Advocacia Geral da União (AGU) sobre o significado e abrangência do termo Poder Executivo citado na Lei 11124/05. O Sr. Ênio Nonato da CONAM explanou sua opinião dizendo que o processo da regulamentação do FNHIS não foi transparente, e que o Grupo de Trabalho formado na 7ª Reunião do ConCidades para discutir a regulamentação do Fundo foi "abortado", pois não se deu continuidade. O Sr. Raul Carrion, da UVB, disse que o Conselho Gestor da forma proposta pelo Governo Federal não tem caráter nacional, pois não considerava todos os entes da federação, logo deveria ser renomeado para Conselho Federal. O Sr. Ubiratan Félix, da Fisenge, disse que estava havendo um equívoco político ao se quebrar o pacto existente no Conselho das Cidades. O Sr. Saulo Manuel da UNMP ressaltou a importância de ficar claro que a proposta de regulamentação não foi pactuada e discutida, e sim imposta. O Sr. Carlos Marun da

FRENAVRU fez um apelo para que o Governo Federal ousasse a fim de que o Conselho Gestor não “nascesse manco”. Nylton Velloso, da ABECIP, propôs como encaminhamento que o Conselho das Cidades resolvesse comunicar aos Ministros e ao Presidente da República que o mesmo não referendaria e não homologaria o decreto do FNHIS da forma como se encontrava. Após intervalo para almoço, a reunião reiniciou-se presidida pelo Ministro das Cidades Marcio Fortes de Almeida que justificou sua ausência, informando que a sua intenção era comparecer pela manhã, mas houve necessidade de permanecer nas negociações acerca do Projeto de Lei nº 5.296/05 do Saneamento na Câmara dos Deputados. O Presidente explicou que não houve desrespeito ao Conselho pelo fato de já ter sido encaminhado pelo MCidades a minuta de Decreto por meio do sistema eletrônico para que não atrasasse o processo de discussão do texto junto aos outros Ministérios. O Sr. Marcos Augusto Neto da CNC, em nome do segmento empresarial, defendeu a tese de que todos os três setores que compõem o segmento empresarial precisavam estar com assento no conselho gestor, a Confederação Nacional do Comércio, a CBIC que congrega todos os Sinduscons e a ABECIP que representa o setor financeiro. Ele esclareceu que não houve a pretensão em nenhum momento de se quebrar a paridade entre empresários e trabalhadores e sim de que o ConCidades levasse em consideração a tese ao propor a composição do conselho gestor. O Sr. Carlos Marun, da FRENAVRU, reforçou a opinião majoritária do plenário de que o Conselho Gestor possuiria, na forma proposta, uma deficiência basilar sem a representação de todos os entes federados e passou às mãos do Ministro a proposta de seu segmento para a composição do conselho gestor, que seria composto por dez membros, sendo oito do Governo Federal, um representando os Governos Estaduais e um para os Governos Municipais e dez membros da sociedade civil, com quatro representantes dos movimentos populares, dois para os trabalhadores, dois para os empresários, uma vaga para Entidades Acadêmicas e de Pesquisa e uma para ONGs. Com a palavra, o Sr. Ubiratan Félix, da FISENGE, em nome de todo o segmento dos trabalhadores defendeu três princípios básicos: a paridade entre governos e sociedade civil, a paridade entre a representação dos trabalhadores e empresários e respeito ao percentual mínimo de 20 % para os movimentos populares. O Sr. Saulo Manuel, da UNMP, solicitou ao Ministério das Cidades que interviesse na questão do seguro cobrado pela seguradora da Caixa Econômica no Crédito Solidário e reiterou a opinião de que o Governo Federal estava sendo muito conservador, apresentando a referida proposta de composição do Conselho Gestor. O Sr. Miguel Lobato, do MNLM, disse que estava havendo um erro de método de discussão sobre a composição do Conselho Gestor, pois a proposta não viabilizava o controle social e sim um controle sobre o social e isso não era conselho, considerando que o mesmo deveria ter como pressuposto pactuações políticas. O Sr. Nabil Bonduki, da ANPUR, reafirmou a importância de que o ConCidades definisse um posicionamento formal para que o Governo decidisse sua posição a favor ou contra a do Conselho das Cidades. Ele reforçou também que tanto o Conselho Gestor quanto o FNHIS compõem o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o qual precisaria ter a participação dos três níveis de Governo para possibilitar a construção da política nacional e considerou um equívoco a proposta do governo. O Sr. Gérson Brito da CONAM lembrou que um dos pontos pautados na 2ª Conferência Nacional das Cidades foi o controle social e comparou com a 8ª reunião do ConCidades, que foi a primeira reunião pós-conferência, onde para ele pareceu não haver mais controle social. Benedito Barbosa, da CMP, novamente falou sobre a ausência do Presidente do Conselho na reunião, o que politicamente seria ruim para o ConCidades e também que não haveria como propor um Conselho Gestor que não seguisse a heterogeneidade da matriz que é o Conselho Nacional das Cidades. O Ministro das Cidades disse que o fato de os Estados e Municípios votarem ou não no conselho gestor era um problema legal de interpretação jurídica e propôs, caso não se resolvesse o impasse jurídico, a alterar a redação do texto do decreto de “poderá convidar” para a forma “convidará os representantes dos Estados e Municípios”. O Presidente finalizou propondo a discussão de aumento de uma vaga para

trabalhadores e uma vaga para empresários, porém, que não ultrapassasse o teto máximo de vinte e quatro membros, sendo doze para o Governo Federal e doze para a Sociedade civil. Após pausa encaminhada pelos conselheiros para debater a proposta, o consenso alcançado com todos os segmentos foi verbalizado pelo Sr. Miguel Lobato, do MNLM, que, concordando com o teto de vinte e quatro membros, expôs a nova composição: dez do Governo Federal, um dos Governos Estaduais, um dos Governos Municipais, três dos trabalhadores, três de empresários, um de Entidades Acadêmicas e de Pesquisa, um de ONGs e quatro de Movimentos Populares. Lembrou, porém, que nessa proposta os Movimentos Populares perdem 9% dos 25% das vagas a que teria direito, ficando com 16% das vagas. Tal decisão foi tomada para que se chegasse a um consenso e a última reunião do ConCidades teria dado a sua contribuição para construir efetivamente a Política Nacional de Habitação de Interesse Social. O Sr. Ubiratan Félix, da FISENGE, parabenizou o segmento Movimentos Populares pelo espírito de cooperação e fez um apelo ao plenário para que essa proposta fosse aprovada a fim de mostrar à sociedade a união das entidades do ConCidades e ao Ministro para que a defendesse no Governo Federal. O Sr. Carlos Marum, da FRENVRU, retirou a proposta por ele apresentada por seu segmento para apoiar a proposta em discussão, a qual foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. O Presidente do Conselho disse que não poderia mudar o texto encaminhado em conformidade com a consultoria jurídica, mas mandaria um anexo com a exposição de motivos, registrando a posição do Conselho. O Sr. Nabil Bonduki, da ANPUR, disse ao plenário que deveria ser votada uma Resolução para encaminhar a decisão do Conselho das Cidades. O Sr. Nilton Velloso, da ABECIP, convidou o Conselho a fazer uma homenagem à Sra. Inês Magalhães que havia sido leal ao Conselho ao informar a todos sobre a situação em que se encontrava o processo do FNHIS. O Sr. Nabil Bonduki, da ANPUR, leu a proposta de Resolução com o texto objeto de consenso do ConCidades para a composição do Conselho Gestor do FNHIS, que foi aprovada por unanimidade no plenário e publicada posteriormente pela Resolução Recomendada Nº 5 (**Anexo VI**). A Central de Movimentos Populares do Paraná solicitou a leitura de documento apresentado pelo Movimento de Pessoas com Deficiência para que o mesmo constasse nos autos da reunião, o qual segue no anexo (**Anexo VII**). O Presidente finalizou a reunião do Conselho fazendo um balanço satisfatório do primeiro mandato, saudando a todos e desejando um bom retorno.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente